

Parlamentares aderem a luta pela CEDAE pública

ACORDA CEDAE, é hora de reagir



A CEDAE enfrenta, hoje, um momento decisivo na sua trajetória de se modernizar e garantir à população serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, com qualidade e de maneira universalizada. Pressionada por todos os lados, a Empresa precisa se reestruturar para provar que é capaz de atingir esse objetivo, sob a gestão do Poder Público, derrubando o mito preconizado pelo governo FHC de que o Estado é incompetente para gerir o setor de Saneamento Básico e outros serviços públicos. É de conhecimento de todos a difícil situação financeira e estrutural por que passa a Companhia, que ficou mais transparente depois da queda do ex-presidente Marcos Montenegro, indicado pela própria coligação PT/PDT, com a incumbência de profissionalizar a administração da CEDAE. "Amarrada" ao regime de "Caixa Único" do governo e sem autonomia para tomar decisões mais simples na sua rotina operacional por falta de materiais e equipamentos, a Companhia não consegue deslanchar em direção à tão saudável descentralização. Mas é na hora de desafio que a CEDAE sempre reagiu melhor. E esse momento chegou. Está na hora de reagir, de provar a competência dos técnicos e demais empregados da Empresa. A CEDAE foi modelo para praticamente todas as Companhias de Saneamento do País e pode mostrar esta força de novo. Vamos manter a unidade e mostrar do que somos capazes. Vamos nos levantar, sacudir a poeira e dar a volta por cima. Essa "virada" só depende de nós mesmos, do esforço de cada um, nas mais simples atitudes do dia-a-dia. Vamos mostrar ao governador e à sociedade o valioso instrumento social e de saúde pública que eles têm nas mãos, e não podem jogar fora. Em seu último Programa "Fala Governador" (dia 29/05), Garotinho disse que pretende reestruturar a Empresa e trabalhar com "parceiros estratégicos". Chegou a hora de provar, ao governador e à população, que seus verdadeiros parceiros somos nós. (Páginas 4, 5, 6 e editorial)

Teresópolis diz não à venda da CEDAE

(PÁGINA 6)



Prefeitos dão ultimato a FH contra a falta de recursos

(PÁGINA 7)

Eleições na Abes-Rio



Serão realizadas, nos próximos dias 15 e 16 de junho, as eleições destinadas a escolher a nova Diretoria da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e

Ambiental (ABES), Seção Rio, para o biênio 1999/2001. A atual presidente, Eliane Pinto Barbosa (foto), concorre à reeleição, pela Chapa "Rio 99 - Caminho Certo para 2000" (chapa única), tendo como vice-presidente o engenheiro Fernando Penna Botafogo Gonçalves.

Associação dos Empregados de
Nível Universitário da CEDAE

Rua Sacadura Cabral, 120, Sala 601/602/607 e 902
Telefones 263-6240/296-0025 - Ramal 102
Telefax: 253-7482
Home Page: aseac.com.br
E-mail: aseac1@ism.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente
Dario Mondego
Diretor Vice-presidente
Paulino Cabral da Silva
Diretor Administrativo
Júlio César de O. Antunes
Diretor Financeiro
Edson Reis da Silva
Diretor de Comunicação
Jaime Dutra Noronha
Diretor Técnico
Márcio de Melo Rocha
Diretor Social
Antônio Carlos Álvares Grillo
Diretor Representante dos Aposentados
Walcyr Goulart Mariosa
Diretor Adjunto
João Benedito Lorenzon Mello

CONSELHO DIRETOR

Representante dos Administradores

Sérgio Rego Rodrigues

Advogados

Sueli Kolling Turano

Anallistas de Sistemas

César Lima da Graça

Arquitetos

Júlio Celso Bragança Gil

Aposentados

Armando Costa Vieira

Edson Bittencourt Rosa

Eliana Glória Pelxoto

Leon Ambram

Maria Carmem M. M. Almeida

Contadores

Sérgio Pereira

Demais Categorias

Evandro Rodrigues de Brito

Economistas

Pedro Evandro Ferreira

Engenheiros

Álvaro Henrique C. Verocai

Clóvis Francisco do Nascimento Filho

Jonathas Ferreira Filho

Márcio de Melo Rocha

Renato Guerra Marques

Sócios Aspirantes

Júlio César de Oliveira Antunes

CONSELHEIROS NATOS

Antônio Inácio da Silveira, Walnir Bittencourt de Oliveira, Emy Guimarães de Lemos, João Carlos do Rego Pinto, Renato Lima do Espírito Santo e Carlos Henrique Soares de Menezes e Jaime Dutra Noronha.

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Aloísio Souza da Silva, José Carlos Filipo e David Fink. Suplentes: Antônio Bastos de Oliveira e Luiz Fernando F. Rodrigues.

Produção e Edição

Planin-Assessoria de Comunicação
Tels: (021) 220-5031/224-5472

Jornalista Responsável

Carlos Emiliano Eleutério
MTB: 12.524/RJ

Editor de Arte

Silvio Marinho

Assistente de Arte

J. Paulo

Maio de 1999

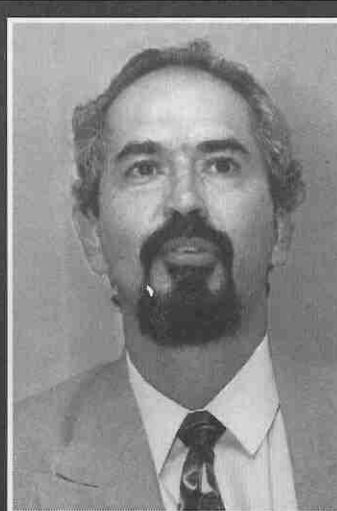
Tiragem: 2.000 exemplares

Montenegro pede demissão da CEDAE

Alegando falta de condições mínimas necessárias para conduzir e planejar a CEDAE de forma profissional, livre de ingerências de interesses meramente político partidários, de qualquer origem, e das pressões dos interesses privados, o presidente da CEDAE, Marcos Helano Montenegro, e todos os diretores indicados por ele pediram demissão ao governador Anthony Garotinho, no último dia 19 de maio, em caráter irrevogável.

Na carta de demissão enviada ao chefe do executivo, Montenegro enumera uma série de razões para a sua saída, afirmando que a equipe, desde o início, teve como meta, a transformação da CEDAE - cujos resultados seriam a melhoria permanente da qualidade dos serviços - a sua expansão às populações hoje desassistidas e o estabelecimento de um efetivo controle social sobre suas atividades.

Reclamando a falta de apoio do governo do Estado para o cumprimento desses objetivos, o ex-presidente da CEDAE afirma que a gestão profissional foi inviabilizada em decorrência de nomeações políticas da maioria dos Superintendentes e demais gerentes, "subvertendo a hierarquia da Empresa, e pela manutenção fora do controle da Companhia do programa de Despoluição da Baía de Guanabara, principal programa de investimentos sob a responsabilidade formal e financeira da CEDAE".



Ex-presidente sai disparando contra a falta de apoio do governo do Estado

Marcos Montenegro reclamou, na carta, da atitude do governador Anthony Garotinho de manter a CEDAE sob o regime de Caixa Único, "a exceção de um curto período de um mês" e da falta de apoio político para combater as iniciativas de privatização da Companhia, "que, se consumadas, retalarão e inviabilizarão a Empresa", citando os casos da barra e Jacarepaguá e dos municípios de Niterói e Campos.

Montenegro se recusou, na carta, a aceitar a responsabilidade pela obtenção de melhores resultados no episódio do conserto do emissário submarino, lembrando o estado em que se encontra a Companhia, "tanto com relação a situação financeira deficitária, quanto ao sucateamento dos sistemas e das estruturas operacionais e gerenciais". De acordo com Montenegro, "a necessidade de reparo emergencial do emissário foi determinada pela incúria da gestão anterior, que abandonou o trabalho de inspeção preventiva", que, segundo ele, não foi compreendido pelo governo do Estado.

- Desta forma, nos recusamos a aceitar qualquer insinuação de incompetência - afirmou. Ao concluir, afirma que a equipe demissionária "tem extensa lista de realizações na direção de empresas públicas, cujos resultados são nacionalmente conhecidos pelos que atuam no setor de saneamento, razão pela qual foi credenciada para a missão de dirigir a CEDAE".

SANEAMENTO DE LUTO

Acidente em SP leva "Rodolfão"

O Setor de Saneamento Básico acaba de sofrer uma perda irreparável: o engenheiro sanitarista Rodolfo Costa e Silva - carinhosamente conhecido entre os colegas de profissão e amigos como Rodolfão - acaba de falecer, vítima de um acidente de automóvel, quando se dirigia de São Paulo para o interior do Estado.

Rodolfão, que vinha atuando como consultor de Saneamento junto a várias companhias estaduais de Saneamento, foi um incansável defensor da preservação do setor sob a gestão pública, dentro da filosofia de que "abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário não podem ser tratados como instrumento de negócio e de lucro".

O sanitarista chegou, inclusive, a participar, recentemente, de vários Seminários e debates realizados no Rio de Janeiro, por iniciativa da própria ASEAC, ABES, Clube de Engenharia e sindicatos de trabalhadores, destinados a discutir com a sociedade e políticos locais o projeto, através do qual o ex-governador Marcello Alencar tentou privatizar a CEDAE. Atuante junto a ABES, onde fazia parte do Conselho Editorial das Revistas Bio e Engenharia Sanitária, Rodolfão era pai do ex-vice-Presidente para a área do Interior da Sabesp, Rodolfo José da Costa, recentemente eleito deputado federal, por São Paulo e vice-Presidente da ABES na gestão do nosso conselheiro Clóvis Nascimento.

Em nome de todos os técnicos de Saneamento da CEDAE e do Estado do Rio de Janeiro, a direção da ASEAC manifesta o seu pesar pela perda do profissional e amigo.



Aos Leitores

A ASEAC, paralelamente à luta que vem empreendendo, se preocupa, também, em manter informados os seus associados e a todo cidadão interessado na luta pelo Saneamento Público e nos fatos e acontecimentos que envolvem o Setor e a CEDAE.

Os fatos se sucedem com muita rapidez, embora a ASEAC tenha um cuidado permanente para que as informações não se tornem extemporâneas, pela ocorrência de acontecimentos entre uma e outra publicação mensal do seu jornal. Aliás, entre uma e outra, distribuímos o informativo ASEAC-URGENTE aos associados e utilizamos também a Internet para não criar defasagem no processo da informação.

Mesmo com todos esses cuidados, corre-se riscos. No momento em que o nosso jornal já estava rodado e pronto para a distribuição, o governador Anthony Garotinho anunciou o nome do novo presidente da CEDAE. O fato ocorreu no domingo, 6 de junho, na Zona oeste, durante inauguração de obras da Companhia, e foi confirmado dia 09/06, após encontro de Garotinho com o Prefeito Conde. A notícia envelheceu alguns aspectos abordados no editorial desta edição.

A fim de não se perder esse texto, procuramos aproveitá-lo invertendo o tempo verbal, de presente para passado, e inserindo outras alterações. Se outras informações da edição também tiverem envelhecido, relevem, aconteceu!

Editorial

Até que enfim!

Já estamos com um novo presidente. Onde chegaríamos sem comando efetivo, diante de tantos conflitos de interesses, envolvendo governo federal, partidos da coligação e cições anunciadas pelos municípios, até aqui, convenientes? Para debelar os focos de renúncia dos municípios, qualquer negociação impeditiva, depende de decisão e da participação do Diretor competente e da Presidência.

As contingências não recomendavam aquela indefinição. Apontavam, sim, para uma definição imediata para suprir a direção superior da empresa, com profissionais, reconhecidamente experientes e capacitados para a gestão de tão importante empreendimento. A interinidade do presidente não satisfazia.

Podia o governador ter explicações. Entretanto, o certo é que não se justificava aquele hiato longo para recompor aquele executivo, o que vinha gerando um imobilismo e intensificava a disputa pela hegemonia política da Cia. que se vem estendendo internamente.

Aliás, como observador neutro, fico preocupado pelo mal que estão, provavelmente, proporcionando à Cedae que depende da união dos empregados e dos partidos da coligação. Ela não é um troféu. Corroboram, inadvertidamente, com os inimigos da gestão pública. Essa discórdia conduz à degradação do projeto de seu soerguimento.

Por que não se esforçam para aprender a conviver com governo de coalizão? Olha que os partidos da coligação são todos tendentes à ideologia de esquerda. Até quando ouviremos: - ... a direita está unida em torno de ... ou as esquerdas não se entendem? A direita sempre no singular e a esquerda no plural! Unam-se. A Cedae, hoje, necessita desse entendimento político partidário e da união de seus empregados, para sobreviver. A "bola" está com o governador que sempre defendeu a sua não privatização, mas que, hoje, vacila, quando fala nos meios de comunicação, certamente pelos nossos desentendimentos internos e pelo estado em que se encontra a Cia. que não vem dando sinais de "virada".

Parecia que ele vinha ignorando a posição da empresa no cenário nacional. Era, no mínimo, preocupante. Veja que ela, há mais ou menos dois anos ocupava o 33º lugar no "Ranking" das maiores empresas no Brasil. Dentre elas, as multinacionais que, aliás, uma delas apresentava-se no 34º lugar, de acordo com um relatório da Fundação Getúlio Vargas.

Era inacreditável que, com os riscos de vê-la escorregar-se por entre os dedos das mãos, estivesse, o governador, ainda sem definição de recomposição da direção de uma Cia. que é a segunda maior empresa de saneamento básico na América Latina, com um faturamento anual, provavelmente, superior ao orçamento anual de muitos municípios.

Não é por outra razão que a "alcatéia" do capital especulativo fareja, arreganhando os dentes, ameaçadoramente, para abocanhá-la na Região Metropolitana, onde há uma capacidade já instalada e onde gerenciariam, como sabem, economicamente, um faturamento, hoje, na ordem de R\$ 800 milhões anuais.

Enquanto isso, a empresa vai vivendo a sua inércia. Muito grave essa situação, pois, na era Marcello, já havia insatisfação dos usuários e nada se alterou até agora. Imagina o que já, já teremos – gritaria no mínimo.

Ainda estamos vivos. Alguns lutam bravamente contra a rebelião, em cadeia, dos municípios que querem retomar os serviços de saneamento básico, rompendo com a Cedae. Mas a luz no final do túnel, ainda não se apagou. Eu acredito na capacidade que tem a nossa Cia., apesar dos pesares, para suplantar os revés.

Afinal o governador equacionou o que lhe vinha dificultando - temos um novo presidente e, conseqüentemente, uma diretoria recomposta. Agora, meus colegas, nesse teatro seremos os atores para rerepresentar a peça que, no passado, encantou e foi imitada por tantos. Isto é um compromisso indelegável. Temos que ter uma Cedae forte financeiramente, eficaz e eficiente administrativamente, comercialmente e operacionalmente, para, em seguida, lutarmos juntos com Anthony Garotinho pelos mecanismos de defesa capazes de repelir a privatização, sob todas as formas, hoje, pretendidas.

A Sabesp, toda poderosa, em todos os sentidos gerenciais é vedete no âmbito do saneamento básico nacional. Entretanto, vive no "fio da navalha". É uma excelente refeição a ser servida. Está "redondinha" para a privatização. O Maluf, se tivesse sido eleito, hoje, provavelmente, ela estaria privatizada. Mesmo com o Covas não está livre disto. Faltam-lhe, na realidade, mecanismos de defesa.

O modelo de gestão para a Cedae, elaborado pela ASEAC, propõe, como mecanismo impeditivo à privatização, a descentralização da Cia., criando-se empresas subsidiárias regionais, por Bacia Hidrográfica, com a participação direta dos municípios, integrantes dessas Bacias, na gestão pública do saneamento básico, compartilhando com o Estado, constituindo-se numa rede de gestão que propiciaria a universalização dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

O poder acionário do governo estadual cairia para até 51% das ações com direito a voto, negociáveis só com os municípios envolvidos na rede. Até 49% restantes, seriam pulverizados entre os municípios participantes da integração, com a transformação, em ações, com direito a voto, do valor apurado do patrimônio a serviço do saneamento básico, existente em cada um deles, com a condição contratual, imutável, de só poderem migrar, tais ações, entre os municípios, por transação até 50% do total de tais ações, em cada município, por empréstimos, resgatáveis com correção de valores.

Entendemos, dessa forma, o que seriam os parceiros estratégicos que se vem falando ultimamente. O governador, em resposta a uma pergunta formulada por um ouvinte de seu programa do dia 29-05 na Rádio Tupi, afirmou que não privatizaria a Cedae, mas admitia uma parceria privada. Não entendemos como forma positiva a inclusão de parceiros privados (também conhecido como parceiro estratégico). Perde-se assim, a virgindade, astuciosamente. Depois ...

A Sabesp, falaram-me, suspendeu as negociações quando lhe foi condicionada a ocupação da área de projeto, ou de ope-

ração, ou comercial, ou financeira ou conjugando no mínimo duas dessas áreas. Certamente visavam o poder para priorizar, tão somente, o econômico, já que o parceiro estratégico tem o poder de vetar. Só os projetos com viabilidade econômica é que serão implementados. Onde fica o social?

No contexto da descentralização com gestão supra partidária compartilhada, haveria a correlação de forças entre municípios e estado. Os custos dos serviços cairiam, em face do reordenamento das despesas, direcionadas para cada região. O econômico-financeiro geraria os excedentes para reaplicação na qualidade e na universalização dos serviços. O subsídio cruzado estaria preservado. Até prova em contrário, trata-se de mecanismos de defesa. Deve-se deixar claro que qualquer modelo de gestão, sem mecanismos de defesa, facilmente será privatizado.

Hoje, a Cedae indefesa, corre riscos. Devemos separar cada situação para equacionarmos as nossas defesas frente aos ataques.

O governo federal tem desprendido todas as energias para privatizar o saneamento básico nacional. Já se comprometeu, até com o FMI, no seu memorando de intenções, em face da dívida externa. Tem esbarrado com a questão jurídica, iniciada, aqui, no Rio de Janeiro, onde, por isso, vencemos a batalha com o Marcello Alencar.

A constituição não deixa dúvida de que o poder concedente da distribuição da água e da coleta dos esgotos é de competência dos municípios. A dúvida reside nas regiões metropolitanas, tendo em vista a existência de sistemas integrados. Quer o governo federal que o poder concedente seja do Estado. Seria mais fácil a privatização da região metropolitana que é o "filé mignon" que interessa ao capital especulativo, tendo em vista que os estados são devedores e sem recursos

para saldar os compromissos, junto à Caixa Econômica, ao BNDES e ao Banco Central e que, pressionados, cederiam em forma de barganha. Para tanto, age no Congresso Nacional para que seja aprovada legislação nesse sentido, através do PLS 266 de autoria do então senador José Serra, com rejeição do Parecer do ex-senador Josaphá Marinho que sugere o poder compartilhado na região metropolitana. Audaciosamente, através do Sérgio Cutolo, tem comparecido ao STF, fazendo "lobby" junto aos ministros, prevenindo, certamente, decisão que lhe seja favorável nas ADIN'S que contestam o poder absoluto do Estado.

A modelagem do governo federal é essa, isto é, privatizar a Cedae em bloco na metrópole.

Há outra modelagem, daí o conflito de interesses. As empresas nacionais, que não tem o "poder de fogo" para competir com o capital internacional no leilão da Cedae, em bloco na metrópole, se articulam para que a Cedae seja preservada na produção de água e no tratamento e esgotamento sanitário. A distribuição da água e a coleta dos esgotos, retornariam a gestão dos municípios, onde elas se mobilizariam para assumirem as concessões privadas em tais municípios.

Paralelamente, os Prefeitos de todo Brasil, em grande número, dos 5.527 municípios existentes, "marcharam", há duas semanas em Brasília, contra uma possível perda de seus poderes, inclusive a distribuição da água e coleta dos esgotos. Produziram uma carta e mostraram que estão mobilizados para a luta contra a usurpação inconstitucional, inclusive nas regiões metropolitanas.

Nesse clima de incerteza futura, apressam-se os municípios no rompimento com a Cedae de forma a garantir, antes de qualquer nova legislação, o seu poder para municipalizar ou privatizar nova concessão.

Nesse cenário tenebroso, a Cedae se apresenta

abstratamente, já que ela depende de convênios com os municípios se rebelando em cadeia. Logo, no momento, as ameaças de privatização da Cedae, são só ameaças. Nada de concreto, pois é temerário para o comprador. Até mesmo a pulverização de 49% das ações, anunciadas, também, pelo governador é inconsistente. É um negócio de altíssimo risco. Há uma questão, como já esclarecido, aqui, de definição de poder. A menos que o governador, antecipando-se a decisão do STF e/ou do Congresso Nacional, siga a modelagem das empresas nacionais que visam o fatiamento. A devolução aos municípios da gestão da distribuição da água e da coleta dos esgotos, significaria a solução do impasse jurídico, isto é, reconheceria o governo do estado o poder concedente municipal na metrópole. Antes disso, juntemo-nos ao governador para convencer a todos os prefeitos do Estado do Rio de Janeiro da importância da gestão compartilhada.

Há um conflito de interesses, também, entre políticos da coligação e por consequência, entre empregados filiados a essas mesmas agremiações partidárias, dificultando o clima organizacional adequado a uma "virada" da Cedae que forte estaria em situação melhor para o enfrentamento de tantas investidas.

Parece, no popular, o "samba do crioulo doido". Há conflito de interesses generalizados. O prato é um só. Todos tem mais é que salivar, pois, não comerão nesse prato, não! Nós não deixaremos. Contamos, para tanto, com o novo presidente, o Alberto José Mendes Gomes que, certamente, irá municipalizar e fortalecer o governador para resistir ao "canto da sereia".

DARIO MONDEGO
PRESIDENTE DA ASEAC

Plano Emergencial

Técnicos defendem mudanças nas relações com os municípios

Retomar imediatamente o diálogo com as prefeituras do Estado onde a CEDAE opera sistemas de Saneamento Básico, de forma a elaborar novos modelos de convênio que atendam, de fato, aos interesses municipais, conforme defendeu, durante debate na Câmara de Vereadores de Teresópolis, no último dia 7 de junho, o engenheiro Alberto José Mendes Gomes, atual Diretor do Interior da CEDAE e virtual presidente da Companhia, já indicado pelo governador Anthony Garotinho. Esta é proposta dos técnicos da CEDAE, que são favoráveis à descentralização administrativa da Empresa, de forma a garantir a renovação de convênios caducos e a melhoria dos serviços de Saneamento Básico no Estado.

A ASEAC chama a atenção para a importância de o Governo Garotinho manter uma postura mais agressiva para atender às exigências das prefeituras com relação ao Saneamento Básico, principalmente no interior, como única forma de acabar com a rebelião de diversos municípios que estão querendo assumir esses serviços. Enquanto esse processo de reestruturação não se con-

clui, a ASEAC defende a implantação de um Plano de Ação Emergencial, que priorize a área comercial e considere, entre outros, os seguintes pontos:

- **A mudança radical das relações da Empresa com o Poder Concedente mediante o estabelecimento de Conselhos Regionais de Gestão com a participação das Prefeituras e da sociedade civil organizada, único caminho para otimizar o uso dos recursos hídricos das bacias hidrográficas;**
- **A reorientação da política comercial da Empresa de forma a colocar como prioritária a relação com os clientes, ampliando o seu alcance social e, simultaneamente, a geração de recursos;**
- **A revisão da filosofia de Recursos Humanos de modo a dar sustentação à nova política da Empresa a ser implementada por uma Comissão Paritária de representantes, dos empregados e do empregador.**
- **A 1ª Etapa deste Plano visa a recuperar a operação básica da CEDAE mediante o bloqueio das causas mais visíveis da atual crise e preparar o caminho para a implementação da etapa posterior, enfatizando os seguintes aspectos:**
- **Os trabalhadores da CEDAE, conscientes da necessidade de modificação radical da Empresa e comprometidos com tal mudança, estão certos de que, com a aplicação da 1ª Etapa deste Plano, será possível, em curto prazo, inverter sua imagem perante à opinião pública;**
- **Esta inversão poderá ser avaliada por sucessivas pesquisas de opinião junto à população do Estado do Rio de Janeiro;**
- **Tal mudança terá como premissa básica uma decisão política do governo do Estado, no sentido de flexibilizar a administração da Empresa, mediante o estabelecimento de contrato de gestão, de forma a permitir maior agilidade e competitividade, em grau de igualdade, com a iniciativa privada.**

Até quando e por quê?

Onde está o Presidente? Parece "estória"! A Cedae está passando por um processo de esvaziamento. Por desinformação? Não acredito. Intencionalmente? É possível.

Onde chegaremos sem comando efetivo, diante de tantos conflitos de interesses, envolvendo governo federal, partidos da coligação e cisões anunciadas pelos municípios, até aqui, conveniados? Para debelar os focos de renúncia dos municípios, qualquer negociação impeditiva, depende de decisão e da participação do Diretor competente e da Presidência.

As contingências não recomendam essa indefinição. Aparentam, sim, para uma definição imediata para suprir a direção superior da empresa, com profissionais, reconhecidamente experientes e capacitados para a gestão de tão importante empreendimento. A interinidade do presidente não satisfaz.

Pode o governador ter explicações. Entretanto, o certo é que não se justifica esse hiato longo para recompor aquele executivo, gerando um imobilismo e intensificando a disputa pela hegemonia política da Cia. que se vem estendendo internamente.

Aliás, como observador neutro, fico preocupado pelo mal que estão, provavelmente, proporcionando à Cedae que depende da união dos empregados e dos partidos da coligação. Ela não é um troféu. Corroboram, inadvertidamente, com os inimigos da gestão pública. Essa discórdia conduz à degradação do projeto de seu soerguimento.

Por que não se esforçam para aprender a conviver com governo de coalizão? Olha que os partidos da coligação são todos tendentes à ideologia de esquerda. Até quando ouviremos: - ... a direita está unida em torno de ... ou as esquerdas não se entendem? A direita sempre no singular e a esquerda no plural! Unam-se. A Cedae, hoje, necessita desse entendimento político partidário e da união de seus empregados, para sobreviver. A "bola" está com o governador que sempre defendeu a sua não privatização, mas que, hoje, vacila.

Parece que ele vem ignorando a posição da empresa no cenário nacional. É, no mínimo, preocupante. Veja que ela, há mais ou menos dois anos ocupava o 33º lugar no "Ranking" das maiores empresas no Brasil. Dentre elas, as multinacionais que, aliás, uma delas apresentava-se no 34º lugar, de acordo com um relatório da Fundação Getúlio Vargas.

É inacreditável que, com os riscos de vê-la escorregar-se por entre os dedos das mãos, esteja, o governador, ainda sem definição de recomposição da direção de uma Cia. que é a segunda maior empresa de saneamento básico na América Latina, com um faturamento anual, provavelmente, superior ao orçamento anual de muitos municípios.

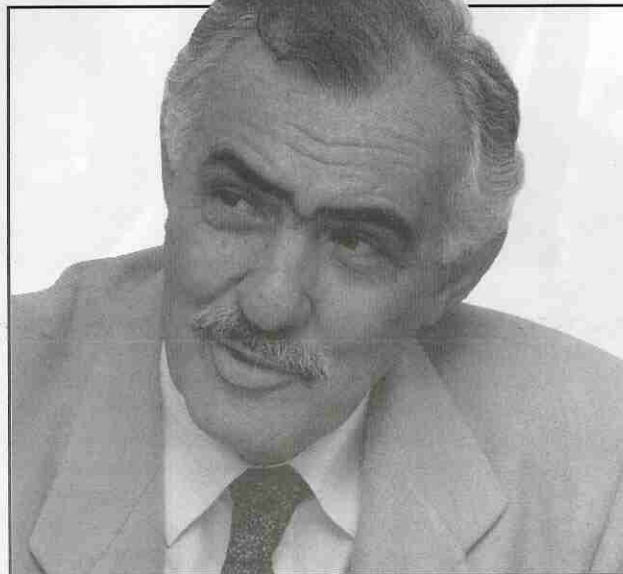
Não é por outra razão que a "alcateia" do capital especulativo fareja, arreganhando os dentes, ameaçadoramente, para abocanhá-la na Região Metropolitana, onde há uma capacidade já instalada e onde gerenciariam, como sabem, economicamente, um faturamento, hoje, na ordem de R\$ 800 milhões anuais.

Enquanto isso, a empresa vai vivendo a sua inércia. Muito grave essa situação, pois, na era Marcello, já havia insatisfação dos usuários e nada se alterou até agora. Imagina o que já, já teremos - gritaria no mínimo.

Ainda estamos vivos. Alguns lutam bravamente contra a rebelião, em cadeia, dos municípios que querem retomar os serviços de saneamento básico, rompendo com a Cedae. Mas a luz no final do túnel, ainda não se apagou. Eu acredito na capacidade que tem a nossa Cia., apesar dos pesares, para suplantar os revés.

Assim que o governador equacionar o que lhe vem dificultando, teremos uma nova diretoria ou uma diretoria recomposta. Aí, meus colegas, nesse teatro seremos os atores para rerepresentar a peça que, no passado, encantou e foi imitada por tantos. Isto é um compromisso indelegável. Temos que ter uma Cedae forte financeiramente, eficaz e eficiente administrativamente, comercialmente e operacionalmente, para, em seguida, lutarmos pelos mecanismos de defesa capazes de repelir a privatização, sob todas as formas, hoje, pretendidas.

A Sabesp, toda poderosa, em todos os sentidos gerenciais é ve-



dete no âmbito do saneamento básico nacional. Entretanto, vive no "fio da navalha". É uma excelente refeição a ser servida. Está "redondinha" para a privatização. O Maluf, se tivesse sido eleito, hoje, provavelmente, ela estaria privatizada. Mesmo com o Covas não está livre disto. Faltam-lhe, na realidade, mecanismos de defesa.

O modelo de gestão para a Cedae, elaborado pela ASEAC, propõe, como mecanismo impeditivo à privatização, a descentralização da Cia., criando-se empresas subsidiárias regionais, por Bacia Hidrográfica, com a participação direta dos municípios, integrantes dessas Bacias, na gestão pública do saneamento básico, compartilhando com o Estado, constituindo-se numa rede de gestão que propiciaria a universalização dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

O poder acionário do governo estadual cairia para até 51% das ações com direito a voto, negociáveis só com os municípios envolvidos na rede. Até 49% restantes, seriam pulverizados entre os municípios participantes da integração, com a transformação, em ações, com direito a voto, do valor apurado do patrimônio a serviço do saneamento básico, existente em cada um deles, com a condição contratual, imutável, de só poderem migrar, tais ações, entre os municípios, por transação até 50% do total de tais ações, em cada município, por empréstimos, resgatáveis com correção de valores.

Entendemos, dessa forma, o que seriam os parceiros estratégicos que se vem falando ultimamente. O governador, em resposta a uma pergunta formulada por um ouvinte de seu programa do dia 29-05 na Rádio Tupi, afirmou que não privatizaria a Cedae, mas admitia uma parceria privada. Não entendemos como forma positiva a inclusão de parceiros privados (também conhecido como parceiro estratégico). Perde-se assim, a virgindade, astuciosamente. Depois ...

A Sabesp, falaram-me, suspendeu as negociações quando lhe foi condicionada a ocupação da área de projeto, ou de operação, ou comercial, ou financeira ou conjugando no mínimo duas dessas áreas. Certamente visavam o poder para priorizar, tão somente, o econômico, já que o parceiro estratégico tem o poder de vetar. Só os projetos com viabilidade econômica é que são implementados.

No contexto da descentralização com gestão supra partidária compartilhada, haveria a correlação de forças entre municípios e estado. Os custos dos serviços cairiam, em face do reordenamento das despesas, direcionadas para cada região. O econômico-financeiro geraria os excedentes para reaplicação na qualidade e na universalização dos serviços. O subsídio cruzado estaria preservado. Até prova em contrário, trata-se de mecanismos de defesa. Deve-se deixar claro que qualquer modelo de gestão, sem mecanismos de defesa, facilmente será privatizado.

Hoje, a Cedae indefesa, corre riscos. Devemos separar cada situação para equacionarmos as nossas defesas frente aos ataques.

O governo federal tem despreendido todas as energias para privatizar o saneamento básico nacional. Já se comprometeu, até com o

FMI, no seu memorando de intenções, em face da dívida externa. Tem esbarrado com a questão jurídica, iniciada, aqui, no Rio de Janeiro, onde, por isso, vencemos a batalha com o Marcello Alencar.

A constituição não deixa dúvida de que o poder concedente da distribuição da água e da coleta dos esgotos é de competência dos municípios. A dúvida reside nas regiões metropolitanas, tendo em vista a existência de sistemas integrados. Quer o governo federal que o poder concedente seja do Estado. Seria mais fácil a privatização da região metropolitana que é o "filé mignon" que interessa ao capital especulativo, tendo em vista que os estados são devedores e sem recursos para saldar os compromissos, junto à Caixa Econômica, ao BNDES e ao Banco Central e que, pressionados, cederiam em forma de barganha. Para tanto, age no Congresso Nacional para que seja aprovada legislação nesse sentido, através do PLS 266 de autoria do então senador José Serra, com rejeição do Parecer do ex-senador Josaphá Marinho que sugere o poder compartilhado na região metropolitana. Audaciosamente, através do Sérgio Cutolo, tem comparecido ao STF, fazendo "lobby" junto aos ministros, prevenindo, certamente, decisão que lhe seja favorável nas ADIN'S que contestam o poder absoluto do Estado.

A modelagem do governo federal é essa, isto é, privatizar a Cedae em bloco na metrópole.

Há outra modelagem, daí o conflito de interesses. As empresas nacionais, que não tem o "poder de fogo" para competir com o capital internacional no leilão da Cedae, em bloco na metrópole, se articulam para que a Cedae seja preservada na produção de água e no tratamento e esgotamento sanitário. A distribuição da água e a coleta dos esgotos, retornariam a gestão dos municípios, onde elas se mobilizariam para assumirem as concessões privadas em tais municípios.

Paralelamente, os Prefeitos de todo Brasil, em grande número, dos 5.527 municípios existentes, "marcharam", há duas semanas em Brasília, contra uma possível perda de seus poderes, inclusive a distribuição da água e coleta dos esgotos. Produziram uma carta e mostraram que estão mobilizados para a luta contra a usurpação inconstitucional, inclusive nas regiões metropolitanas.

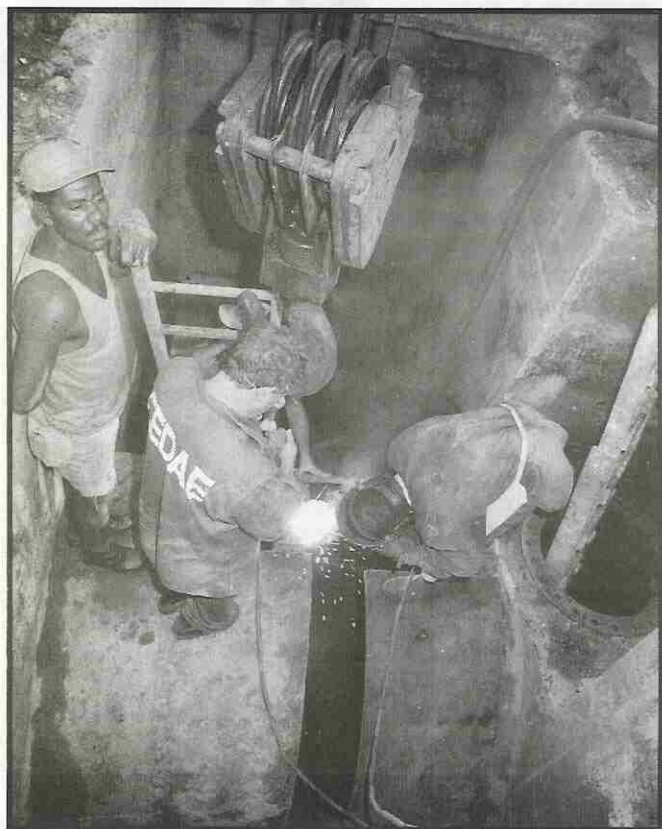
Nesse clima de incerteza futura, apressam-se os municípios no rompimento com a Cedae de forma a garantir, antes de qualquer nova legislação, o seu poder para municipalizar ou privatizar nova concessão.

Nesse cenário tenebroso, a Cedae se apresenta abstratamente, já que ela depende de convênios com os municípios se rebelando em cadeia. Logo, no momento, as ameaças de privatização da Cedae, são só ameaças. Nada de concreto, pois é temerário para o comprador. Até mesmo a pulverização de 49% das ações, anunciadas, também, pelo governador é inconsistente. É um negócio de altíssimo risco. Há uma questão, como já esclarecido, aqui, de definição de poder. A menos que o governador esteja seduzido para seguir a modelagem das empresas nacionais que visam o faturamento. Nesse caso, a devolução aos municípios da gestão da distribuição da água e da coleta dos esgotos, significaria a solução do impasse jurídico, isto é, reconheceria o governo do estado o poder concedente municipal na metrópole.

Há um conflito de interesses, também, entre políticos da coligação e por consequência, entre empregados filiados a essas mesmas agremiações partidárias, dificultando o clima organizacional adequado a uma "virada" da Cedae que forte estaria em situação melhor para o enfrentamento de tantas investidas.

Parece, no popular, um samba de "crioulo doido". Há conflito de interesses generalizados.

Dario Mondego
 Presidente



ACORDA CEDAE, é hora de reagir

A CEDAE vive hoje momentos difíceis, que exigem de seus técnicos uma atenção maior no sentido de “brigar” para que a Empresa demonstre sua capacidade de reação, dando um “banho de qualidade” nos serviços prestados à população do Estado. Este “banho de qualidade” no saneamento do Rio de Janeiro é fundamental para que o governador Anthony Garotinho entenda a importância estratégica da Empresa para o seu governo e aceite a proposta de seus empregados de um plano emergencial para a recuperação da mesma. Plano este que possibilitará ao governador reagir, de uma vez por todas, às pressões e propostas de privatização, que infernizam seu sono. Embora seja público e notório que outros fatores contribuem para a insônia de Garotinho, como, por exemplo, o fato de que, hoje, ele se vê refém da coligação dos partidos políticos que o elegeu e precisa tentar desagradar o menos possível a cada um deles que, de uma forma ou de outra, lutam nos bastidores por mais espaço político e/ou uma fatia da CEDAE.

Por outro lado, às voltas com um Estado falido, ele vive a “tentação” dos recursos que poderiam lhe ser disponibilizados pelo BNDES, ou mesmo por organismos internacionais, tipo Banco Mundial - BIRD - com a venda da Empresa. Galinha “dos ovos de ouro” do Estado, que utiliza seu faturamento, de mais de R\$ 100 milhões/mês, no “caixa único”, a Empresa está parada. Nem mesmo o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara consegue deslanchar, pois a secretaria de Fazenda, ao invés de pagar os empreiteiros, também jogou os recursos do PDBG na “vala comum” do “caixa único”.

Paralela a essa questão, aumenta a pressão de várias prefeituras que lutam para acabar com o convênio com a CEDAE, de forma a privatizar os serviços em seus municípios. Hoje, o risco de faturamento da Empresa é uma realidade e existem vários “fronts” de luta, sendo os mais acirrados o de Campos, no norte do Estado, de Niterói, antiga capital do Estado, e o de Teresópolis, na Região Serrana. Nos últimos dias, o município de Macaé também passou a reivindicar o fim do convênio com a CEDAE e a Câmara de vereadores local já autorizou o prefeito a licitar os serviços.

Uma empresa à deriva

Acéfala, sem presidente efetivo há mais de 15 dias, a Companhia sofre também, diariamente, os efeitos de uma disputa política interna. O assunto é tão grave que já chegou à Assembléia Legislativa do Estado - Alerj -, onde logo após a queda de Marcos Montenegro, a grande discussão de parlamentares ligados ao governador era a acirrada disputa dentro da Empresa por cargos. Vários parlamentares chegaram a chamar a atenção dos sindicatos sobre a questão, dizendo que o fato estaria irritando o governador.

Mas não bastassem as pressões pela privatização e a irritação pela disputa interna por cargos (que envolve a Alerj), Garotinho vive o drama diário de administrar os partidos da coligação que o elegeu governador do Rio de Janeiro. Se de um lado, o Partido dos Trabalhadores deixou a direção da Empresa, isto não impede que ele deixe de pressionar por mais espaço político dentro do governo. De outro, o PDT, partido do governador, não admite a hipótese de abrir mão da presidência da CEDAE. Mais a frente, o PSB, cuja maior estrela no Estado é o deputado federal Alexandre Cardoso, hoje secretário de Saneamento. E a reboque, temos, ainda, partidos menores, tipo o PC do B. No fundo, no fundo, todos brigando nos bastidores do governo por uma fatia, ou quem sabe mesmo, pela presidência da Companhia. Ou ainda pelo “filão” político, que representam as obras do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara.

Maior Empresa do Estado, com faturamento anual superior a R\$1,2 bilhão, responsável pelo Programa de Despoluição da Baía de Guanabara - que deverá investir cerca de R\$ 800 milhões nos próximos anos - a CEDAE é vista por muitos como um troféu, que, aliás, pode “virar pó”, a qualquer momento, se os seus empregados não assumirem o compromisso de que é possível “dar a volta por cima” de todas essas dificuldades e “brigar” de verdade para mostrar ao governador que a CEDAE é capaz de ser uma Empresa pública, onde o fundamental seja atender às expectativas da população por um serviço eficiente de saneamento básico no Estado.

“A CEDAE é vista como um troféu, que pode “virar pó”, se os seus empregados não assumirem que é possível dar a volta por cima de todas essas dificuldades e brigar.”



A deputada Cidinha Campos pode apoiar a criação da Frente Parlamentar

Parlamentares brigam pela CEDAE pública

Dentro deste “sururu” político, um grupo de parlamentares está articulando na Alerj a criação de uma Frente Parlamentar suprapartidária em defesa da CEDAE pública. A proposta é do deputado Paulo Ramos (PDT) e surgiu depois que a ASEAC resolveu se mobilizar contra as notícias veiculadas pela mídia de que o governador Anthony Garotinho estaria negociando a entrega dos serviços da CEDAE na Barra, Recreio e Jacarepaguá ao prefeito do Rio, Luiz Paulo Conde, dentro de um pacote, que envolveria, entre outras questões, a municipalização de hospitais estaduais.

Logo após o governador ter aceito o pedido de demissão do petista, Marcos Montenegro, da presidência da CEDAE, as notícias sobre a possibilidade de Garotinho entregar à Prefeitura do Rio aqueles serviços de saneamento fez com que a ASEAC procurasse a ALERJ, para que os parlamentares intervissem contra aquela decisão. Na ocasião, em encontro que reuniu deputados de vários partidos, o pedetista Paulo Ramos propôs a criação da Frente Parlamentar em Defesa da CEDAE Pública, considerando que esta poderia ser um instrumento para ajudar o governador a se livrar das pressões do Governo Federal e até mesmo das pressões internacionais pela privatização da Companhia de Saneamento do Estado.

No mesmo dia, o presidente da ASEAC, Dario Mondego, entregou a vários deputados, ligados ao governo, entre os quais, a líder do PDT, Graça Mattos; José Távora; Cidinha Campos e ao próprio Paulo Ramos, um documento a ser encaminhado ao governador, onde a Associação explicava os riscos da entrega à Prefeitura dos serviços executados pela CEDAE naqueles bairros.

Carta ao governador

No documentos, os técnicos chamam a atenção para os riscos sociais e políticos de o Estado aceitar a proposta do prefeito do Rio, Luiz Paulo Conde, no sentido de privatizar parcialmente o Sistema de



Saneamento do Município, transferindo à sua administração os serviços prestados na Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e Jacarepaguá.

Segundo a ASEAC, a proposta do Prefeito pode estar escondendo uma estratégia para induzir o governador a apoiar a tese que defende o poder concedente para os municípios, integrantes da Região Metropolitana, sem restrições à Constituição Federal. Em outras palavras, o governo estadual estaria reconhecendo a inconstitucionalidade da Lei 087/97, antecipando-se ao julgamento do STF, na definição do poder concedente.

O documento estranha, também, a mudança de comportamento do prefeito Conde que, antes, não concordava que o governo Marcello Alencar privatizasse a concessão naqueles bairros. E questiona a validade do argumento da prefeitura para privatizar a concessão, sob a alegação de que a CEDAE abastecia precariamente os bairros da Barra, Recreio e Jacarepaguá e estava ausente no esgotamento sanitário. Ocorre que, nesse ínterim, "a CEDAE, numa ação relâmpago, instalou, com mão-de-obra e recursos próprios, uma adutora que hoje abastece tais bairros e já está em condições de realizar a licitação que construirá o emissário submarino da Barra".

Com relação à questão política, os técnicos alertam Anthony Garotinho para os prejuízos jurídicos e políticos para o governo estadual, se o Estado abrir mão do poder compartilhado. O motivo é simples: após entregar os serviços ao município do Rio, haveria uma reação em cadeia, e o governador não resistiria à pressão dos demais municípios para assumir a gestão dos serviços de saneamento, principalmente, em Niterói, Nilópolis, São João de Meriti e Nova Iguaçu, respectivamente, sob a gestão do PDT, e os demais sob a gestão de partidos de oposição ao governo estadual, que aguardam a decisão do S.T.F ou do Senado Federal para tentar privatizar os serviços.

Além disso, a cessão dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, nos bairros da Barra, Recreio e Jacarepaguá e a consequente privatização, provavelmente, desconcertaria as lideranças da coligação que elegeu o gover-

"Um grupo de parlamentares está articulando na Assembleia Legislativa Alerj - a criação de uma Frente Parlamentar suprapartidária em defesa da CEDAE pública."



A criação da Frente foi proposta pelo deputado Paulo Ramos, depois de ouvir a ASEAC

no Anthony Garotinho, "tendo em vista que esses partidos são unânimes contra a privatização dos serviços de saneamento".

Por fim, o documento adverte para o que se convencionou chamar de "efeito dominó": "uma decisão favorável ao pedido do prefeito Conde seria como lhe entregar armas que se voltariam contra os partidos da coligação, manuseadas pelo "inimigo" PFL, nas próximas eleições para Prefeitura e para vereadores do Município do Rio de Janeiro. E mais à frente, com o suposto efeito desse fenômeno, os inimigos seriam os Prefeitos dos partidos opostos à coligação que dominariam os maiores colégios eleitorais: Rio de Janeiro e municípios da Baixada.

Os técnicos lembram, também, que os municípios do interior seriam prejudicados com a queda da qualidade dos serviços de abastecimento de água por falta dos recursos advindos do subsídio cruzado, gerando a insatisfação dos usuários. O documento finaliza, explicando que "a má qualidade de saneamento básico tira voto!"

A disputa em Campos

No norte do Estado, a disputa pelo Saneamento no município de Campos já virou "caso de polícia", com direito a "bang bang" e tudo mais. No último dia 26 de maio, os empregados da CEDAE Hélio Anomal de Almeida (atual secretário de Saneamento de Campos), Francisco do Espírito Santo Dias e Orlando Medeiros Rangel por pouco não foram atingidos por disparos de fogo de um segurança, contratado pela empresa "Águas do Paraíba", vencedora de uma licitação considerada irregular e que atualmente "sub-júdice", que resolveu assumir os serviços de saneamento em Campos "na marra", depois que, estranhamente, a Procuradoria do Estado e do município de Campos deixaram correr "à revelia" o processo que contestava na justiça a referida licitação.

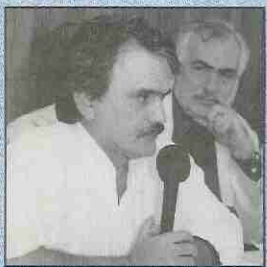
Ao serem informados que a empresa "Águas do Paraíba" havia conseguido uma autorização legal para tomar posse das instalações da CE-

DAE, os empregados da Companhia resolveram fazer várias manifestações, contestando aquela situação. Em uma delas, realizada na Estação de Tratamento de Águas de Campos, aconteceu o "rebu". Foi quando chegou ao local uma pessoa que se identificou como Oficial de Justiça e que estaria acompanhado de um Procurador do município e de outras pessoas que seriam representantes legais da empresa "Águas do Paraíba". Eles, segundo explicaram, teriam vindo tomar posse das instalações da CEDAE no município. Diante da situação, os trabalhadores da CEDAE pediram ao Oficial de Justiça um prazo de algumas horas - pois estavam esperando uma liminar para impedir a posse. Naquele momento, os trabalhadores fizeram questão de explicar que não tinham nenhuma intenção de obstruir o cumprimento de uma ordem judicial. Foi quando um grupo de seguranças, contratado pela empresa "Águas do Paraíba", resolveu partir para a agressão verbal e física. Dois deles chegaram ao absurdo de sacar suas armas e a situação só não se tornou mais grave, porque o técnico Hélio Anomal se atracou com um deles, o que não impediu que fossem disparados dois tiros para o alto. O tumulto foi grande, mas Hélio conseguiu tirar a arma do segurança, que, mais tarde, foi identificada como sendo de um policial civil, a serviço da empresa "Águas do Paraíba".

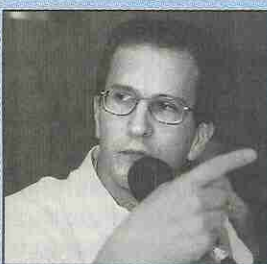
Durante vários dias, o clima ficou pesado em Campos, com os trabalhadores da CEDAE fazendo uma verdadeira vigília para não entregar a Empresa à vencedora da licitação, realizada em março de 1996, pelo então prefeito Sérgio Mendes - expulso do partido pelo governador Anthony Garotinho, que não concordou com a proposta de privatização da CEDAE no município. Aliás, foi o próprio governador que conseguiu, em Brasília, no dia seguinte (27/05), junto ao Superior Tribunal de Justiça, uma liminar garantindo a continuidade da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário pela CEDAE no município de Campos.

Teresópolis reage

Uma “enxurrada” de denúncias contra o prefeito de Teresópolis, Mário Tricano, marcou os debates realizados, no último dia 24, na Câmara de Dirigentes Lojistas da Cidade (CDL), para discutir a proposta do Executivo de privatizar os serviços de Saneamento Básico, que foi unanimemente contestada por todos os segmentos da sociedade local presentes ao Fórum de Debates sobre o Saneamento Público ou Privado, reunindo cerca de 150 pessoas.



O deputado federal Luís Ribeiro (PSDB) ratificou sua posição contrária à privatização



O deputado estadual Nilton Salomão (PSB) também é contra



Vice-prefeita acusa Tricano de tentar transformar Companhia em “cabide de empregos”

PROMOVIDO pela Aseac, em conjunto com diversas entidades representativas do setor, entre as quais o CREA e os sindicatos de trabalhadores, o encontro gerou um documento oficial denominado “Carta de Teresópolis”, onde os signatários, em nome da sociedade, exigem a anulação imediata da Lei 09/99 aprovada pela Câmara Municipal, autorizando o prefeito a municipalizar os serviços.

Visão distorcida

Além do presidente da ASEAC, Dario Mondego, participaram do Fórum diversos representantes de comunidades locais, entidades de classe e políticos, entre os quais os deputados Luís Ribeiro (PSDB/Federal) e Nilton Salomão (PSB/Estadual), além da vice-prefeita de Teresópolis, Afaf Francis Ribeiro. O prefeito Mário Tricano e todos os vereadores locais foram convidados, mas ninguém compareceu ao debate. As comunidades locais queriam ouvir deles explicações sobre as denúncias que circulam na cidade de que eles teriam aprovado a proposta do prefeito sem sequer ler o seu conteúdo, em troca de favorecimentos.

Um dos pontos mais polêmicos da discussão ficou por conta das denúncias da vice-prefeita. Afaf Ribeiro acusou o prefeito local de tentar municipalizar a CEDAE para transformá-la num “cabide de empregos”, conforme ele próprio lhe confidenciara. “Desde 97, o prefeito Mário Tricano vem tentando denunciar o convênio da Empresa com o Município. Há cerca de seis meses, perguntei a ele as razões pelas quais ele pretendia privatizar a Companhia e ele me respondeu, simplesmente, que era porque a unidade de Teresópolis é a única, em todo o Estado, que dá lucro. E que, mesmo que não fosse possível vendê-la, seria possível municipalizá-la, pois, além de uma excelente Superintendência, representaria um número muito grande de empregos”, acusou Afaf. “Nós não temos condições sequer de fiscalizar as nossas fontes de água, como é que iremos fiscalizar a CEDAE”, indagou. “Sou contra a privatização, porque é uma Empresa que está dando certo e em time que dá certo não se mexe”.

Atestado de incompetência

O deputado Luís Ribeiro, que ajudou a organizar o encontro, chamou a atenção para a situação caótica de algumas localidades do Município, onde a água é fornecida pela prefeitura, como Córrego Sujo, Vieira, Vargem Grande e Vista Alegre: - Atendo, como médico, em várias dessas localidades, e sei que 80% das crianças dessas comunidades têm que ser tratadas pelo menos duas vezes por ano de problemas de verme. Gastam-se milhares de recursos na fase curativa, que poderiam ser economizados com investimentos na prevenção da saúde - disse. Ele confirmou que, na prefeitura de Teresópolis, não existe um único técnico com capacidade de operar e fiscalizar um sistema como o da CEDAE.

O deputado estadual Nilton Salomão, que participou da luta contra a transferência da Companhia ao setor privado, criticou o processo de privatização no Brasil, “que não serviu para nada, a não ser para pagar parte do serviço da dívida e garantir o padrão de vida na Europa e Estados Unidos”. Segundo Salomão, o Brasil está muito atrasado nessa questão do Saneamento. “Estamos fazendo coisas que já não se faz em outros países e, com isso, comprometendo, por pelo menos 30 anos, as gerações futuras”.

Quem abriu o encontro foi o próprio presidente da ASEAC, substituindo o presidente do CREA, José Chacon, que não pôde comparecer ao evento. Dario Mondego lembrou que a Cidade de Teresópolis é quase integralmente abastecida, e a pequena parcela que não dispõe de água tratada da CEDAE - cerca de três mil pessoas - só não foi atendida até agora, porque a Caixa Econômica Federal - CEF - não liberou os recursos solicitados, estimados em torno de R\$ 2 milhões. “Teresópolis não tem mais o que ampliar, a não ser a rede para abastecer comunidades carentes, que não são rentáveis à iniciativa privada. E a população não pode bancar o lucro do setor privado”, disse Mondego.

Basta de “pires na mão”

Amarcha à Brasília deflagrou o movimento pela retomada da autonomia financeira e administrativa dos municípios. Os prefeitos exigem, entre outras coisas, que o novo pacto federativo em debate preserve a titularidade dos municípios no controle das concessões dos serviços de saneamento. A repartição de competências entre União, estados e municípios deve levar em conta a tendência da descentralização, garantindo o financiamento das ações sob a responsabilidade dos municípios. Na carta, os prefeitos também querem assegurar uma alíquota específica do Orçamento da União para o financiamento de investimentos e de infra-estrutura voltados à realização de obras de saneamento às comunidades urbanas. No item saúde, os prefeitos decidiram elaborar instrumentos que dêem respaldo legal à organização dos Consórcios Intermunicipais de Saúde e criação de um incentivo financeiro para os municípios consorciados.

Para o presidente da Confederação Nacional de Municípios - CNM -, Paulo Roberto Ziulkoski, ex-prefeito de Mariana Pimentel (RS), a luta dos municípios pela manutenção da titularidade do Saneamento é fundamental: “Somos contra a proposta de José Serra, porque ela facilita a privatização e vai contra as postulações dos municípios”. Ziulkoski explicou que, hoje, no entanto, mais importante do que a discussão sobre a titularidade do saneamento é a seca nordestina e os municípios, que estão em situação de calamidade pública e estado de emergência. Sobre saneamento, afirmou ainda que na maior parte dos municípios brasileiros, o setor enfrenta uma situação de anarquia e deterioração, devido a falta de investimentos: “Está tudo paralisado”, frisou.

Recursos para a saúde

Paulo Roberto Ziulkoski disse ainda que os municípios vão pressionar os parlamentares para que o Congresso Nacional aprove a Emenda Constitucional 169, do deputado Eduardo Jorge (PT-SP), destinando recursos para o financiamento definitivo da saúde. A aplicação em Saúde se elevaria para R\$ 42 bilhões e parte ficaria no município: “Com isso, acabaria a necessidade de cobrança da CPMF”.

Mas enquanto a cobrança da CPMF existir, para Ziulkoski, o melhor, de imediato, é aprovar a Emenda Constitucional, do deputado Carlos Mosconi (PSDB-MG), que garante que parte dos recursos arrecadados pela CPMF deve ficar no município onde foram gerados. Aliás, há uma proposta, orçada em R\$ 4 bilhões, para obras de saneamento em municípios de pequeno e médios porte sendo discutida com o governo federal: “O presidente Fernando Henrique vem garantindo que atenderá essa reivindicação”, disse Ziulkoski.

“Os parlamentares se elegem e esquecem das suas comunidades. Essa marcha é para que eles se lembrem dos compromissos com as bases e parem de votar atrelados a decisões que só beneficiam os grandes grupos nacionais e estrangeiros.”



A falta de investimentos na área social do governo FHC e, em especial, em Saneamento Básico “fede”, “cheira mal” e atinge grande parte da população do País, principalmente do interior, que, sem água tratada e, principalmente, sem esgotamento sanitário vive às voltas com doenças de veiculação hídrica, entre os quais o cólera. Foi esse um dos recados que mais de três mil prefeitos, reunidos, em Brasília, de 11 a 13 de maio, deram ao presidente FHC e ao Congresso Nacional, ao protestar contra a política do governo, que investe recursos para salvar bancos falidos, mas deixa os municípios de “pires na mão”, quando a pauta é investimentos sociais. Os prefeitos, que deram um abraço simbólico no Congresso Nacional, cercado o prédio de mãos dadas, lançaram a carta Municipalista de Brasília defendendo que 30% da arrecadação da CPMF seja aplicada nos municípios, como forma de garantir recursos às prefeituras para obras de esgotamento sanitário e de redes de abastecimento de água.

Em contrapartida, as prefeituras se comprometeriam a limitar seu endividamento.

“Estamos resgatando a autonomia administrativa e financeira dos municípios e queremos preservar as prerrogativas que a constituição de 88 nos garantiu”, disse o vice-presidente da Confederação Nacional de Municípios, Antônio Carlos Zimmermann (PMDB-SC). “O objetivo dessa marcha é também pressionar o Congresso Nacional, que tem se mantido distante das necessidades de investimentos na área social, principalmente, em saneamento básico. Os parlamentares se elegem e esquecem das suas comunidades. Essa marcha é para que eles se lembrem dos compromissos com as bases e parem de votar atrelados às decisões que só beneficiam os grandes grupos nacionais e estrangeiros.

Outro tema prioritário da Reunião dos prefeitos foi a Reforma Tributária e a renegociação das dívidas: “Uma comissão está negociando com o governo federal as dívidas dos municípios (cerca de R\$ 4 bilhões), nas mesmas condições que as dívidas dos estados (prazo de 10 anos, 6% de juros e ressarcimento das perdas com o FEF, avaliadas em mais R\$ 8 bilhões).

Doenças proliferam

Na área de Saneamento, a maior preocupação dos prefeitos é com a incidência das doenças endêmicas,

Com um abraço ao Congresso Nacional, prefeitos lançam a Carta Municipalista de Brasília e dão um ultimato ao presidente da República contra a falta de recursos.

principalmente, no nordeste. O prefeito Eduardo Coutinho (PSB), de Água Preta, cidade pernambucana, alertou que, a região, com cerca de 50 municípios, está sob estado de emergência, por conta do desemprego e da estiagem, enfrentando um grave clima de tensão social:

“A falta de saneamento completa o quadro trágico. Lá, o esgoto é jogado a céu aberto. Há cólera e

dengue, além do que a população é atacada por verminoses, doenças de pele e esquistossomose”. Coutinho reivindica cerca de R\$ 700 mil para construir uma rede de abastecimento de água.

Muito exaltado, o prefeito Pedro Paulo Alkmin de Oliveira, do PFL de Delfim Moreira, uma cidade de 8 mil habitantes, em Minas Gerais, afirmou que “a fartura do Fernando Henrique é assim: farta tudo”, bradou Alkmin. “Hoje existe dinheiro para salvar bancos mas para os municípios o governo alega que não tem recursos para obras de saneamento. É preciso ficar implorando”, protestou. Em Delfim Moreira, a água não é tratada e o esgoto é jogado diretamente no leito do Rio Santo Antônio. A prefeitura necessita de, no mínimo, de R\$ 2,5 milhões para investir em saneamento”, explicou o prefeito.

Também para Antônio Dias (PTB), da prefeitura de Francisco de Sá (MG), com 25 mil habitantes, o maior problema do município é a falta de investimentos em saneamento básico: “Os esgotos sanitários ainda são jogados no rio que passa pela cidade, onde se convive com um alto índice de esquistossomose (70% da população) e verminose”, frisou.

Plano de emergência pode garantir a CEDAE pública

ASEAC quer apoio do governador para preservar a credibilidade da Empresa



A direção da ASEAC encaminhou, no último dia 26 de maio, uma carta ao governador Anthony Garotinho, na qual expressa sua preocupação com a situação da CEDAE e solicita o apoio do governo do Estado para a implementação imediata, com a participação de todos os trabalhadores, de um Plano Emergencial de recuperação da Empresa.

No documento, assinado pelo próprio presidente da Entidade, Dario Mondego, a direção da ASEAC manifesta sua preocupação com relação à necessidade de se recuperar a Empresa, de forma a viabilizar a sua preservação sob a gestão pública, mantendo-se a unidade dos trabalhadores e a crença nesse projeto, que ficaram abaladas após o episódio da demissão do engenheiro Marcos Montenegro da presidência da Companhia.

A íntegra do documento é a seguinte:

“Exmo. Sr. Anthony Garotinho
Governador do Estado do Rio de Janeiro

Excelência:

Nos congratulamos com V.Exa. por suas recentes afirmações, veiculadas pela imprensa, de manter a CEDAE como empresa pública.

Com base na luta comum pela recuperação da Empresa, iniciada quando V.Exa. era prefeito de Campos, e tendo em conta a próxima designação da nova diretoria da CEDAE, permitimo-nos trazer a V.Exa. nossa opinião sobre o momento que vive a Empresa e sobre os caminhos para sua recuperação.

A demissão da diretoria da CEDAE presidida por Marcos Montenegro representa um revés para a recuperação da empresa, principalmente porque a unidade de seus trabalhadores e da frente política que elegeu V.Exa. foi abalada com essa demissão.

Além disto, junto à população, o episódio contribuiu para abalar a crença de que a Empresa pode reverter, a curto prazo, a deterioração que sofreu no governo anterior. Mesmo a vitória que representa a recuperação do Emissário Submarino de Ipanema foi obscurecida, na mídia, pelas notícias da demissão e das divergências entre a direção da CEDAE e o governador.

Entretanto, a direção da Aseac acredita que as forças que lutam contra a privatização da Empresa e pela sua modernização vão sair vencedoras deste embate. A superação dos obstáculos, representados pelo sucateamento realizado pelo governo estadual anterior e pela pressão do governo federal para privatizar a CEDAE, tem como condição prévia a vontade política de seu acionista majoritário em transformá-la numa empresa moderna, democrática e eficiente. Esta condição foi lograda, em outubro de 1998, com a eleição de V.Exa. Entretanto, a fragilidade da situação financeira do Estado do Rio de Janeiro, encontrada pela vossa administração, bem como os compromissos assumidos em março de 1999 pelo governo federal, quando da assinatura do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), especialmente no item 27 do Memorando de Política Econômica, trazem novas dificuldades para a realização deste projeto. Face a esta situação, a ASEAC (Associação dos Empregados de Nível Universitário da CEDAE) vê como indispensável o cumprimento de algumas condições para levar a CEDAE à posição almejada pelos seus trabalhadores:

- reforçar a unidade dos trabalhadores da CEDAE em torno das linhas e metas principais dos modelos de gestão elaborados por suas entidades de classe e da diretoria comprometida com a realização de tais objetivos;
- a partir dos projetos citados e da realidade encontrada pela nova administração da CEDAE, implementar, com a participação de todos os trabalhadores, um Plano Emergencial de recuperação da Empresa;
- em conjunto com a nova administração, potencializar o trabalho junto à sociedade fluminense, a fim de que ela venha a dar suporte ao governo estadual para resistir à pressão do governo federal para privatizar a CEDAE;
- estabelecer e desenvolver com os municípios do Estado do Rio, atualmente servidos pela CEDAE, uma relação democrática de parceria, com vistas a universalizar e melhorar o atendimento das necessidades de Saneamento Básico de seus habitantes;

Com nossos protestos de estima e consideração,

Cordialmente”,

Dario Mondego
Presidente da ASEAC